

‘Aiatolás atômicos’: a cobertura das negociações Brasil e Irã pelo portal VEJA.com

Ivan Bomfim

Doutorando | Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ivanbp17@yahoo.com.br

Karla Maria Müller

Doutora | Universidade Federal do Rio Grande do Sul
kmmuller@orion.ufrgs.br

Resumo

O presente texto pretende refletir sobre a cobertura realizada pelo portal VEJA.com da tentativa de mediação de um acordo realizada pelo Brasil, em conjunto à Turquia, acerca da questão nuclear do Irã em 2010. Sob a perspectiva de que o jornalismo internacional funciona como instância pedagógica (TRAQUINA, 2000), nos interessamos por compreender como o noticiário internacional se relaciona à instituição do conhecimento acerca do ‘outro’. Buscamos a teoria das representações sociais desenvolvida por Moscovici (2003) para análise das notícias publicadas no site sobre a relação entre os Estados brasileiro e iraniano.

Palavras-chave

Relação Brasil-Irã, jornalismo internacional, representações sociais.

1 Introdução

Este artigo apresenta os primeiros movimentos de aproximação e reflexão sobre a cobertura jornalística acerca das negociações do acordo entre Brasil, Irã e Turquia em 2010, que buscavam evitar a aplicação de sanções pela Organização das Nações Unidas ao Estado persa em decorrência de seu programa nuclear. Para o presente trabalho, utilizamos como corpus de

análise notícias publicadas pelo portal¹ VEJA.com entre março e agosto de 2010, e buscamos como referencial a teoria das representações sociais, desenvolvida por Moscovici (2003) no âmbito da Psicologia Social. No período observado, os países tornaram públicas as conversações, que culminaram com a divulgação de um acordo. Porém, o tratado não chegou a ser efetivado. Destacamos que, apesar de parte importante das conversações, a Turquia é solenemente ignorada no material noticioso acerca do acontecimento.

Inicialmente, procedemos à observação do suporte digital a partir do qual serão observados os temas referentes às relações entre Brasil e Irã. Em seguida, observamos os processos de construção social da realidade decorrentes do jornalismo internacional e realizamos breve estudo da constituição histórica do relacionamento entre as duas nações. Ao final, empreendemos uma investigação acerca do corpus coletado.

2 A cobertura internacional online e o portal VEJA.com

Com o intuito de buscar compreender a participação do jornalismo internacional na estruturação da realidade internacional, empreendemos uma breve análise no âmbito do jornalismo online. A instância jornalística, tanto em sua perspectiva de instituição quanto na de atividade prática (TRAQUINA, 2000), foi significativamente impactada pelo desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e informação. Estas permitiram uma interligação inédita entre diferentes regiões do planeta, alterando a percepção espaço-temporal dos indivíduos, e o alcance quase imediato de pontos longínquos geograficamente no âmbito da troca de informações transformaram a produção e o consumo da matéria-prima do jornalismo, expõe Henn (2011). Para Adghirni (2002), a circulação mundial e quase instantânea da informação por meio das redes de comunicação acabou introduzindo o jornalismo na era do ‘tempo real’, pois o sistema demanda abastecimento contínuo. Palacios (2003) dispõe como características distintivas do meio a multimidialidade/convergência, a interatividade, a hipertextualidade, a personalização, a memória e a instantaneidade/acumulação contínua.

Henn (2011, p.5) aponta que, em relação às formas jornalísticas “tradicionais”, o impacto do online se mostra na “exasperação da instantaneidade e da proliferação do acontecimento em rede”, o que pode ocasionar a deterioração de pressupostos essenciais ao

1 VEJA.com. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/>>.

campo, como credibilidade e precisão da informação. A aceleração dos fluxos noticiosos nos remete à 'explosão' de notícias originadas em diversas regiões do globo. Um dos espaços utilizados para a organização dessa massa de material pode ser visto na conformação dos portais, diz Silva Junior (2004). Os portais podem ser verticais (focados em um domínio especializado, como os jornalísticos) ou horizontais (abarcam múltiplos temas e assuntos), com estrutura de modelo de negócios do tipo *pure player* (nascem com foco na internet) ou *dual player* (buscam integrar-se ao mercado online) e foco de audiência local, nacional ou global. Ferrari (2004) nota que, para que um site seja considerado um portal, deverá reunir conteúdos diversificados, para distintos públicos. No entanto, este ponto de encontro virtual, que aglutina em geral atrativos como e-mail gratuito, espaço de compras e entretenimento, tem, segundo a autora, nas informações jornalísticas, seu principal atrativo.

Nosso interesse recai sobre o portal VEJA.com. Criado em 1997, ele reproduzia o que era publicado e servia como arquivo das versões impressas da revista Veja, segundo Sabadini (2006). Em 2000 teve início a veiculação de notícias exclusivas no site e, em 2002, de material complementar às matérias da versão impressa. Depois, indicações de links foram adicionadas à maior parte do material no periódico impresso. O site demonstra, no aprofundamento de temáticas, decorrente das possibilidades de acesso a bancos de dados (reunindo fotos, som, vídeo e, obviamente, textos), o que Palacios (2003) defende como atenção delegada à multimidialidade, que acaba por tornar-se uma de suas principais referências.

A constituição do VEJA.com acontece em acordo com o que Natansohn et al (2010) afirmam ser um movimento de convergência cultural realizado pelas revistas online. Neste ambiente convergente "se produzem modos de consumo comunitário, que se manifestam na criação de comunidades digitais específicas. Em alguns casos, esses espaços são parte das estratégias corporativas para assegurar o envolvimento dos leitores com os produtos" (2010, p. 13). O estabelecimento de comunidades de leitores digitais é um dos pontos de maior interesse dessas empresas, explicando a grande mobilização em torno das opções de personalização disponíveis.

É relevante refletir sobre o produto que originou o portal: a revista semanal Veja. Fundada em 1968, é o principal produto da Editora Abril, maior conglomerado midiático do

Brasil. Sua tiragem alcança cerca de um milhão e cem mil exemplares², e a publicação é considerada a de maior influência do país. Sua linha editorial é pautada pela forte defesa do liberalismo econômico e da lógica de mercado, segundo Mira (2001). Também busca expressar concepções de independência e fiscalização do poder político fundamentadas numa forte imagem de legitimidade auto-construída (BENETTI, 2007). Por meio de texto que emite opiniões de maneira contundente, Veja busca o papel de explicar a realidade de maneira totalizante, colocando acontecimentos em esferas políticas, econômicas, culturais, etc. sob o mesmo prisma ideológico.

As diferenças inerentes aos meios implicam distintos tipos de consumo. Enquanto o portal é abastecido com as notícias sobre acontecimentos mais recentes, na busca pelo chamado ‘tempo real’, a edição impressa acaba editando o material acumulado e apresentando-o de outras formas: “*Veja* impressa imagina um leitor que já possui um saber construído sobre o assunto. Ele não está ouvindo pela primeira vez aquele discurso e, por isso mesmo, deseja uma postura diferenciada” (SABADINI, 2006, p. 127). Esta estratégia é correlata à concepção de Vilas Boas (1996) de que o texto jornalístico dos semanários de informação geral não visa apenas noticiar fatos, mas apresentar contextos maiores dos acontecimentos, exercendo uma prática interpretativa por meio do encadeamento de sentidos, visando à confecção de uma ‘moral da história’.

É relevante destacar a ideia de Palacios (2003) de que as imbricações das dinâmicas de suportes jornalísticos distintos visam a uma lógica de convivência e complementação, incorrendo em continuidade e potencialização em relação ao jornalismo em mídias tradicionais, não seu abandono. Como nota Henn (2011, p. 5), “a história dos mídia é marcada por transferências e convergências de linguagens e tecnologias através das quais muitas mortes foram decretadas e poucas efetivamente consumadas”. Assim, procedemos a uma reflexão sobre a configuração da cobertura internacional na atualidade, tendo em perspectiva que as novas possibilidades tecnológicas são apropriadas ao processo produtivo das agências de notícia.

2 Dados do site da Associação Nacional de Editores de Revistas. Disponível em: <www.aner.org.br>. Acesso em: 04 de jan. de 2012.

3 Construindo a realidade internacional

As transformações do ambiente online influenciam decisivamente a estrutura do jornalismo internacional. Tendo em vista que, entre suas especificidades, encontra-se a impossibilidade de um processo de apuração das informações direto, sendo dependente de outras empresas, ele se constitui de forma pré-mediatizada (AGUIAR, 2008). A atividade de cobertura exterior é baseada na atuação das agências de notícias, que distribuem, diariamente, uma enormidade de conteúdos para veículos ao redor do globo. Servindo como ‘alerta’ para acontecimentos mundiais, estruturam formas de conhecimento sobre espaços e indivíduos distantes. Aguiar sustenta que, apesar do grande desenvolvimento das redes telemáticas, essas empresas continuam sendo cruciais para a produção, coleta e distribuição de material noticioso, e seu processo industrial especializado acabou sendo fortalecido. Historicamente, as agências de notícias se constituíram na instância de maior peso no estabelecimento de fluxos noticiosos globais, de acordo com Natali (2004) e Thompson (1998). No século XIX, Reuters, da Grã-Bretanha, Havas, da França, e Wolff, da Alemanha, chegaram a dividir o mundo em áreas de atuação, numa estratégia monopolista que causou descontentamento ao governo dos Estados Unidos. Este, considerando que as notícias publicadas sobre o país eram distorcidas, causando prejuízos à sua imagem e interesses, incentivou o desenvolvimento de empresas noticiosas norte-americanas.

A situação é representativa do papel das agências na construção social da realidade mundial. Segundo Berger e Luckmann (1973), a realidade é constituída como um mundo intersubjetivo, composto a partir de um entendimento de significados. Apesar de a existência de outras ‘esferas de realidade’ ser reconhecida, estas são praticamente ignoradas e, quando buscadas, os indivíduos procedem à tentativa de traduzir essas experiências à realidade de seu cotidiano. Pela necessidade de trazer ao entendimento do público acontecimentos externos à sua vivência, o jornalismo internacional tem entre seus pressupostos a lógica de recontextualização constante – o que o estabelece, para Traquina (2000), como uma instância pedagógica. Ele comenta que, quanto menos contato as populações dos países tiverem, menor é o cabedal de informação disponível para o reconhecimento do outro, e maior é a força do jornalismo para instaurar elementos interpretativos.

A divisão entre o ‘aqui’ e o ‘lá fora’, que estrutura o jornalismo internacional, é sentida internamente pelos indivíduos a partir da identidade nacional. O contato entre grupos que

ostentam estas identificações compulsórias é percebido nas dinâmicas entre as organizações estatais, num ambiente de relações políticas que acabam engendrando decisões econômicas, sociais e culturais. De certa forma, a cobertura jornalística mundial acaba por reforçar a concepção social da distinção da realidade entre exterior (estrangeiro) e interior (nacional), visto que seu funcionamento é baseado nos construtos erigidos pela concepção do sistema de Estados (BOMFIM, 2012) – definições políticas sustentando formas de estruturação sociais e culturais.

Mesmo que atuem globalmente, as agências de notícias são caracterizadas a partir de um espaço sociocognitivo relacionado a uma identidade nacional: “As informações que o mundo absorve são de caráter nacional (...). Não podemos afirmar que a mídia concorde com tudo o que vem do governo, mas podemos dizer que todo o seu referencial de análise é de caráter nacional” (VALENTE, 2007, p. 56). Isto quer dizer que, dentre as decisões ‘objetivas’ da própria constituição do relato jornalístico, por exemplo, há subjacente a efetivação da visão etnocêntrica – um ‘olhar o mundo’ definido na dinâmica identidade-alteridade. A situação é colocada de maneira mais extremada por Wainberg (2006). Tratando do noticiário internacional brasileiro pelo viés da abordagem do papel do país mundialmente, o teórico afirma que

No fundo, há sempre o sonho do Brasil potência, da auto-imagem de nação líder do hemisfério e de uma relação multilateral que expressa o seu desejo geopolítico de ocupar o papel de destaque na ONU e ser respeitado internacionalmente por suas especiais condições de país continental, com amplo mercado consumidor e sofisticada rede produtiva de bens e serviços (WAINBERG, 2006, p. 44).

A posição de Wainberg nos parece por demais normativa sobre os interesses que guiarão os valores dos veículos jornalísticos. De qualquer forma, a efetivação da percepção sobre o exterior mobiliza questões relacionadas ao âmago da constituição identitária, e o espaço de onde se fala é estruturado numa dinâmica etnocêntrica, como veremos adiante.

4 Etnocentrismo jornalístico: dinâmica entre identidades nacionais a partir de representações sociais

Segundo Lago (2010, p.175), há uma impossibilidade estrutural do jornalismo em tratar com o ‘outro’, em desenvolver um trabalho que contemple posições de alteridade, numa

decorrência do compartilhamento “de valores específicos internos ao campo que excluem o diferente, circunscrevem-no e não o percebem plenamente”. A autora diz que o reducionismo reinante na narração do outro é frequentemente expresso em sentidos de desconfiança e hostilidade. O discurso jornalístico irá funcionar a partir de uma visão etnocêntrica, como se fosse os olhos do próprio público. “Os meios de comunicação estabelecem um horizonte espacial cognitivo e emotivo, através do qual se estabelecem umas fronteiras que marcam os limites entre o 'nós' e o 'eles'. Isto é, os meios de comunicação concretizam processos de construção da identidade” (ALSINA, 2009, p. 271). A estruturação das condições de identidade e alteridade, relacionadas à instituição de uma percepção de lugares demarcados como o ‘aqui’, nacional, e o ‘lá fora’, internacional, referenciará o conhecimento do outro por meio de estereótipos, visto que esses realizam o trabalho de compreensão mais fácil de novas informações, num processo relacionado à necessidade do homem de dar sentido àquilo que ele observa e que o envolve.

Como diz Hall (1998), a identidade nacional é um discurso, calcado na construção de narrativas que promovam um entendimento comum do que é a ‘nação’. Para Thompson (1998, p. 62) as culturas nacionais são “atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo ‘unificadas’ apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural”. A construção desta identificação apoia-se na emocionalidade – o que pode ser visto em meio à ‘pressão’ exercida pela língua em comum, pelos símbolos nacionais, as datas, as reminiscências históricas. Mas como compreender esse ‘eu/nós’ em oposição ao ‘outro/eles’ a partir da análise do material noticioso que trata da relação Brasil-Irã? Como estabelecer uma ponte entre os domínios micro e macrosociológicos, demandada pela especificidade do conhecimento do outro quando este é reconhecido a partir de uma identidade nacional?

Partindo do intuito de compreender os processos sociocognitivos acionados nesse encontro, buscamos o conceito de representações sociais. Desenvolvido por Moscovici (2003) no âmbito da Psicologia Social, ele é referente à tentativa de apreender o desconhecido por meio de estruturas já objetivadas em nosso conhecimento, como se pudéssemos realizar uma categorização objetiva da realidade social. Todavia, como esta não é pré-existente à vivência humana, e os fatos sociais só podem ser apreendidos socialmente, acabam por funcionar como significados estabilizadores. As representações sociais, ao mesmo tempo em que buscam

classificar o real, criam esta realidade a partir de valores, teorias e conceitos objetivados pelos indivíduos. Como sustenta Jovchelovitch (2011), todas as formas de conhecimento exibem, ao mesmo tempo, as dimensões simbólica e social, e questões como hábitos e tradições culturais, identidades, emoções e práticas cotidianas se imbricam. "Todas essas dimensões penetram os sistemas de conhecimento e lhes permitem representar de uma só vez mundos objetivos, subjetivos e intersubjetivos" (JOVCHELOVITCH, 2011, p. 88).

Moscovici (2003) diz que as representações sociais possuem duas características relevantes: convencionam objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram; e prescrevem formas de classificação a partir da imposição de estruturas sobre os indivíduos. Elas assim são partilhadas, repensadas e reapresentadas, apresentando um destacado dinamismo.

Todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade, mesmo as descrições científicas, implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente. (...) Sob muitos aspectos, o passado é mais real que o presente. (MOSCOVICI, 2003, p. 37-38)

As representações sociais, ao mesmo tempo em que são estruturas estruturadas, tornam-se estruturas estruturantes, o que as insere nas concepções de construção social da realidade (SPINK, 1995). Essa dualidade é percebida a partir das dinâmicas de ancoragem e objetivação. A primeira procura tornar concreta uma realidade ao aliá-la a uma imagem. É a modificação de "algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada (...), é classificar e dar nome a alguma coisa" (MOSCOVICI, 2003 p. 61).

A objetivação trata da apreensão de novos elementos a partir de estruturas já tornadas 'existentes' socialmente, cristalizadas: "Objetivação une a ideia de não-familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade (...) é descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem" (MOSCOVICI, 2003, p.71-72). Esta é transmutada em elemento da realidade. Em relação ao domínio da linguagem, por exemplo, as denominações estabelecidas para aquilo que nos parece complexo acabam por tornarem-se substância, adquirindo a falaciosa concepção de autoevidência.

Em suma, as representações significam “a uma vez e ao mesmo tempo, trazer presentes as coisas ausentes e apresentar coisas de tal modo que satisfaçam as condições de uma coerência argumentativa, de uma racionalidade e da integridade normativa do grupo” (MOSCOVICI, 2003, p. 216). Elas não podem ser definidas em relação apenas ao pensamento de um indivíduo, mas devem ser tomadas como conhecimento comunal não científico. A realidade social só pode surgir a partir do processo intersubjetivo, pois apenas assim poderá alcançar o status de senso comum, que está sempre sendo recriado: “As representações sociais, enquanto produtos sociais, têm sempre que ser remetidas às condições sociais que as engendraram, ou seja, o contexto de produção” (SPINK, 1995, p. 121). Sendo um conhecimento repartido entre um grupo acerca de outro, acabam orientando as maneiras de estabelecer contato com este. Mas não são constituídas na simples observação do ‘não-eu’, e envolve dois processos distintos:

De um lado temos os conteúdos que circulam em nossa sociedade e, de outro, temos as forças decorrentes do próprio processo de interação social e as pressões para definir uma dada situação de forma a confirmar e manter identidades coletivas. O contexto, neste sentido, é essencialmente 'intertextual'. Ou seja, é a justaposição de dois textos: o texto sócio-histórico que remete às construções sociais que alimentam nossa subjetividade; e o texto – o discurso, versões funcionais constituintes de nossas relações sociais (SPINK, 1995, p. 122).

Tendo em vista a concepção de Jovchelovitch (2011), as representações sociais são ‘tijoloços de saberes’, relacionadas às cosmovisões dos grupos sociais. A partir delas, indivíduos e comunidades “não apenas representam um determinado objeto e um estado das coisas no mundo, mas também revelam quem são e o que consideram importante, as inter-relações em que estão implicados e a natureza dos mundos sociais que habitam” (JOVCHELOVITCH, 2011, p. 36). É essencial perceber que, ao tratarmos com as representações, tratamos em realidade com a constituição de sentidos. Esses conhecimentos compartilhados são fundamentados na sistemática do dia a dia em contato com os da memória. Em concerto, Carvalho e Arruda (2008) sustentam que as representações expõem uma relação constante entre a dinâmica cotidiana e os processos históricos. Destacando sua representatividade na constituição das representações sociais, os autores defendem a importância da análise da materialidade dessas estruturas sociocognitivas. Assim, nos concentramos em observar como o pré-conhecimento presente, segundo Moscovici (2003), se revela no tocante à relação entre o Brasil e o Irã a partir da mídia noticiosa.

5 Atuação internacional brasileira e a relação Brasil-Irã

Martín-Barbero (2003) observa que há uma opacidade da cultura nos processos políticos, o que acaba por incorrer em instrumentalização das ideias políticas. A política negligencia a cultura como um fator de relevância, e o poder será constituído a partir de instituições, do controle sobre os recursos, da força das armas. Esta situação é característica no campo das Relações Internacionais (RI), que, oriundo da Ciência Política, concebe as questões sociais e culturais como ‘subjettivas’, concedendo às decisões ‘objetivas’ – pautadas pela ontologização de construções sociais como os Estados e o Sistema Internacional – maior relevância. Em oposição a esta realidade petrificada, teóricos da corrente construtivista das RI como Onuf (1998) e Wendt (1999), buscaram mostrar que as estruturas estatais, que não passam de construtos sociais, acabam sendo compreendidas como se fossem dotadas de intencionalidade, configurando reificações.

Como tratamos de analisar a instituição/mobilização de representações sociais nas notícias publicadas no portal VEJA.com acerca do contato entre Brasil e Irã, temos perspectiva que, de acordo com Moscovici (2003), trabalhamos na intersecção do universo reificado e o universo consensual. O primeiro é caracterizado por ser o domínio do conhecimento científico, enquanto o segundo é acessado a partir das representações sociais. Desta maneira, é necessário observar a atuação externa do Brasil e sua relação com o Estado iraniano – que motivará as representações mobilizadas pela mídia brasileira no processo de contextualização do conhecimento acerca do outro.

Cervo (2010) afirma a existência de pontos estruturais que definem a atuação do país no Sistema Internacional - um ‘acumulado’ da política externa, que se traduz em princípios e valores da ação diplomática. Os principais são: autodeterminação, não intervenção e solução pacífica de controvérsias; juridicismo; multilateralismo; ação externa cooperativa; parcerias estratégicas; desenvolvimento como vetor; independência. A partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), a atuação brasileira mostrou-se mais incisiva, especialmente na articulação de posições entre os países subdesenvolvidos, como a criação de grupos como o G-

20³. A dedicação que o Itamaraty concentra no multilateralismo condiz com as possibilidades do país: não dispondo de poder de *enforcement*, suas manobras passam pela atuação a partir de metas em comum a vários países, baseadas no valor moral das reivindicações. Além disso, sua localização intermediária (entre os desenvolvidos e os em desenvolvimento) favorece posições universalistas.

Nascimento Plum (2011) e Preiss (2011) sustentam que as relações Brasília-Teerã enquadram-se no *modus operandi* da ação diplomática brasileira. O país se aproximou dos iranianos nos anos 1990, com a subida de Mohammed Khatami à presidência. A partir de um esforço de inserção persa na América Latina, o relacionamento teve grande impulso. Em virtude do crescimento de vínculos comerciais e posições similares em temas internacionais, as mudanças no governo iraniano (saída do reformador Khatami para subida do conservador Mahmoud Ahmadinejad) não afetaram o panorama da relação. O contato entre o Brasil e os países do Oriente Médio é historicamente positivo, tanto pelas correntes migratórias que aqui chegaram no período entreguerras quanto pelo alinhamento em questões mundiais desde os anos 1970, como o combate ao subdesenvolvimento econômico e ao racismo (CERVO, 2010).

A tentativa de mediação brasileira, juntamente com a Turquia, na questão do programa nuclear do Irã foi reflexo de fatores que envolvem a identidade internacional brasileira, a meta de maior representatividade internacional e a preocupação de afastar dúvidas em relação à sua própria tecnologia nuclear. Brasil e Irã são signatários do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), e só podem utilizar a energia atômica para fins pacíficos. Porém, países como os EUA afirmaram que os iranianos não estavam cumprindo com suas obrigações em relação à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), buscando esconder o desenvolvimento de armamentos nucleares a partir do enriquecimento de urânio, o que caracterizaria quebra do TNP e disporia à aplicação de sanções.

Em setores diplomáticos, “o TNP é considerado um acordo discriminatório, que estabelece dois tipos de Estados: os responsáveis e maduros, capazes de possuir armamentos nucleares; os irresponsáveis e erráticos, que devem ficar sob rígido controle da AIEA e da Comunidade Internacional” (ROCHA apud NASCIMENTO PLUM, 2011, p. 164). Um fato relevante

3 Coalizão de países considerados ‘em desenvolvimento’ liderada pelo Brasil e constituída em 2003, quando da reunião da Organização Mundial do Comércio em Cancun (México). Sob o objetivo de combater as assimetrias nas regras do comércio internacional, o grupo travou as negociações com os países desenvolvidos, alegando que suas práticas eram protecionistas (CERVO, 2010).

é que os países não signatários, mesmo que possuam artefatos nucleares, não são atingidos pelas coerções do TNP.

Passados 40 anos da realização do Tratado de Não-Proliferação Nuclear as discussões continuam girando em torno do mesmo problema: por que alguns países podem ter acesso e outros não? Por que alguns países são confiáveis e outros não? Por que Irã, Iraque, entre outros recebem esse tipo de tratamento da comunidade internacional e outros países não? (NASCIMENTO PLUM, 2011, p. 167).

A indagação nos suscita a retomada das concepções de construção social da realidade para analisar a instituição desses países ‘mocinhos’ e ‘bandidos’. Tendo em consideração que os Estados são construtos sociais de origem discursiva (WENDT, 1999), não correspondendo a uma existência ontológica, sustentamos que o conhecimento acerca do outro neste âmbito é dependente de representações sociais. Assim, empreendemos análise sobre as notícias veiculadas no portal VEJA.com no período entre março e agosto de 2010, no qual o estreitamento do contato entre Brasil e Irã é significativo.

6 Representações sociais na cobertura do portal VEJA.com sobre a relação Brasil-Irã

Em um recorte temporal expresso pelo período de março a agosto de 2010, englobando desde o primeiro texto publicado envolvendo o Brasil às questões iranianas até a assinatura de documento pelo governo brasileiro corroborando a aplicação das sanções. Foram coletadas 75 notícias, das quais 46 remetiam-se ao contato Brasil-Irã – as referências ao papel turco são mínimas. O pico de publicações abordando o contato entre os dois Estados é atingido entre maio e junho (26 notícias), que corresponde ao momento em que é divulgado o plano de inspeção às instalações iranianas, estabelecido a partir da mediação de Brasil e Turquia e, em seguida, seu rechaço pelos EUA e União Europeia.

É significativo perceber, de antemão, que a cobertura focada nas relações internacionais é basicamente a prática de noticiar interações entre estruturas objetivadas. Tanto o Irã pode ‘fingir’, ‘enganar’ e ‘manipular’, como foi observado em algumas reportagens, quanto o Brasil estaria ‘desafiando’ os EUA ao ‘desrespeitar’ suas ‘intenções’. O palco de ação é montado sob a acepção de uma ‘comunidade internacional’ que, a uma só vez, preenche os requisitos da

ancoragem e da objetivação: é uma instituição nomeada em analogia à organização de um espaço habitado por diversos indivíduos sob uma concepção comunitária, de convivência cooperativa; possui existência ‘própria’, pois desconfia das intenções iranianas, expressa preocupação, por exemplo.

Estruturalmente, as notícias são dispostas em ordem cronológica, e as páginas sobre este tema são reunidas em uma sessão denominada ‘Aiatolás Atômicos’⁴. Como diz Moscovici (2003), o processo de nomear algo, tipificar, incorre em uma classificação, e essa não é uma operação neutra. Desta forma, já são indicadas maneiras de compreensão da temática. A junção de uma figura religiosa à ameaça nuclear reflete boa parte dos estereótipos facultados aos iranianos: fanáticos religiosos, com uma urgência assustadora em conseguir artefatos de alto poder de destruição. Parece se conformar o que Moscovici (2003) definiu como uma forma de compreender as representações sociais: uma espécie de ‘atmosfera’, entrelaçando diversos temas que atuam na conformação de uma imagem-conceito. Nesse sentido, procuramos fazer uma breve análise de uma das representações mais dadas a ver na materialidade do *corpus* observado: a disputa entre Ocidente e Oriente, envolta nas discussões sobre a questão nuclear iraniana.

Said (2007) defende que a figura do Oriente, apesar de fascinar, intrigar, seduzir e assustar os ocidentais, não passa de uma invenção dos mesmos, que buscaram, por meio de conhecimentos acreditados como ‘científicos’, definir dentro de uma identidade uma massa de grupos humanos extremamente diversificada. As representações sobre o ‘oriental’ foram sendo reestruturadas, repensadas, redefinidas e, assim, acabaram integrando as estruturas de reconhecimento, tanto dos europeus da época renascentista, quanto os definidores da política externa norte-americana no século XX. Nesta disciplina, os orientais – e em especial, os muçulmanos – são inferiores aos ocidentais, pois, em meio à sua barbárie, não conseguem nem mesmo estabelecer instituições políticas separadas da religião, que também os arrasta para sua inexorável atração para a violência, além de serem identificados como traiçoeiros e sexualmente vorazes. Assim, o estabelecimento de tutelas ocidentais (francesa, inglesa e norte-americana) se mostraria a única saída para que esses povos pudessem deixar sua condição de rebaixamento.

4 Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/tema/ira-nuclear>>.

Nas notícias do corpus, há uma significativa reiteração da afirmação de que os iranianos devem ser abertos às inspeções da AIEA e às soluções propostas pelo grupo das 'potências ocidentais', pois eles constituem um Estado que não é digno de confiança. O medo de que o país esteja querendo produzir armamentos militares justificaria, inclusive, ações militares preventivas. A estabilidade da comunidade internacional torna-se abalada diante do perigo nuclear persa, e é temível que o Brasil, de maneira ingênua, esteja caindo nas manipulações iranianas. Duas matérias, publicadas em sequência em 27/04/2012, 'Irã convida Brasil para fazer parte de 'nova ordem mundial''⁵ e "Irã é mais um tropeço da política externa brasileira"⁶, encadeiam o argumento de que, seduzido pelas vazias promessas de um país não confiável, os brasileiros estariam indo contra a comunidade internacional, contrariando o 'bom senso'. Seguindo a lógica das notícias provenientes de agência, a maioria do material não se ocupa das especificidades da relação entre os dois Estados, e a atuação brasileira é identificada, muitas vezes, como inócua.

Ademais, é de destaque perceber que, nas notícias focadas na ação brasileira – editadas pelo site sem a especificação de agência, indicando uma reelaboração dos despachos recebidos –, a participação do país é creditada como desastrosa. A análise vai contra o que foi exposto por Wainberg (2006): a maior presença do Brasil na agenda midiática global é noticiada de maneira negativa. Não se afirma que o Estado esteja tornando-se uma potência, mas sim que suas ações diplomáticas expõem justamente sua fraqueza, a falta de representatividade e força na arena mundial. É primordial notar que, mesmo que a cobertura noticiosa esteja focada em acontecimentos externos, o direcionamento editorial não é um fator irrelevante; no caso, a postura contrária à administração de Lula expressa por Veja não é sublimada. A diferenciação radical das concepções de ambientes 'interno' e 'externo' expõe a ideia de universos reificados.

Delineia-se como de expressiva importância a observação do 'fator' Islã. Karim (2002) e Said (2007) apontam que a ideia de 'um' Islã é falaciosa, pois engendra uma unicidade irreal. Se as origens do medo que o termo arregimenta estão na Idade Média, diz Said, seus efeitos podem ser percebidos contemporaneamente. Definições como 'Islã', 'islâmico', 'muçulmano' ou 'xiita' acabaram tornando-se rótulos de primeira potência, induzindo a sutis discriminações (KARIM, 2002), visto que há uma vinculação de atitudes violentas ao fanatismo religioso.

5 Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/ira-convida-brasil-nova-ordem-mundial>>.

6 Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/ira-mais-tropeco-politica-externa-brasileira>>.

Em acordo, percebemos que, em grande parte do corpus da pesquisa, a utilização de denominações como ‘república islâmica’, ‘país islâmico’ e ‘nação islâmica’, ancoram o conhecimento sobre o país. Dentro do conceito de contextualização constante da informação internacional, o recurso é significativo: o fator religioso é acreditado como essencial para o conhecimento do Irã, e remete a uma irracionalidade oposta às instituições políticas ocidentais, baseadas na ‘razão’. Embora outros Estados, como os EUA, tenham forte influência de grupos considerados religiosos em suas decisões políticas, o ‘fundamentalismo islâmico-iraniano’ é a grande ameaça à ordem mundial – e mesmo a própria Turquia, que participa das negociações, possui uma população majoritariamente muçulmana, mas nunca é referida pelas denominações descritas acima. Notamos, assim, que as referências em relação ao islamismo para públicos não islâmicos ‘ocidentais’ são resignificações de arquétipos que impõem diferenças essencialistas entre as ‘duas civilizações’, para utilizar uma definição que congrega exemplarmente essas concepções.

7 Considerações finais

Neste artigo, pretendemos indicar os caminhos iniciais de uma análise acerca da inserção internacional brasileira durante o governo Lula, a partir da análise das dinâmicas entre ‘nós’ e ‘eles’ instituídas por meio e a partir da mídia noticiosa. Podemos dizer que as notícias tratam a partir de universos reificados as questões que envolvem a relação estatal Brasil-Irã; porém, esta, num discurso jornalístico que converge características do suporte revista ao da produção online, tem no universo consensual um fator de grande relevância para a contextualização do material. É destacado que o contato entre as unidades nacionais envolve a forma pela qual ‘vemos’ (afinal, a enunciação do discurso jornalístico acontece a partir de uma posição etnocêntrica) o outro. Como tratamos aqui, essa imagem é falaciosa no sentido que, ao se querer transparente, escamoteia as estruturas históricas relacionadas à estruturação cognitiva das representações sociais, dadas a ver a partir da materialidade exposta pelas notícias.

Apresenta-se como temática intrigante a atenção a ser dada às confluências e atritos entre universos consensuais e reificados. Esta situação, ao que nos parece, é significativa na realidade construída pelo jornalismo, em especial o definido como internacional, visto que,

quanto mais distante dos acontecimentos – regiões e indivíduos –, mais somos imersos em correntes de representações, discursos e mediações.

Referências

ADGHIRNI, Zélia L. Jornalismo online: em busca do tempo real. In: HOHLFELDT, Antonio; BARBOSA, Marialva. **Jornalismo no século XXI : a Cidadania**. Rio de Janeiro: Mercado Aberto - UFF, 2002.

AGUIAR, Pedro. **Jornalismo internacional em redes**. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação social, 2008.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BENETTI, Marcia.. A ironia como estratégia discursiva da revista Veja. **Líbero** (FACASPER), v. 20, p. 14-26, 2007.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de Sociologia do Conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1973.

BOMFIM, Ivan. Construindo realidades: uma perspectiva de interação entre Jornalismo e Relações Internacionais. **Comunicação & Inovação: São Caetano do Sul**, v. 13, n. 25 (p.29-36), jul.-dez. 2012.

CARVALHO, João Gilberto; ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e história: um diálogo necessário. **Revista Paideia: Ribeirão Preto**, vol.18, p.441-456, 2008.

CERVO, Amado Luiz. Brazil's Rise on the International Scene: Brazil and the World. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 53, p. 7-32, 2010.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo digital**. São Paulo: Contexto, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 1998.

HENN, Ronaldo. **Jornalismo em rede: crise do acontecimento**. In: 1º Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana. São Paulo: Confibercom, 2011.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber**: representações, comunidade e cultura. Petrópolis: Vozes, 2011.

KARIM, Karim. Making sense of the “Islamic peril”: journalism as cultural practice. In ZELIZER, Barbie; ALLAN, Stuart. **Journalism after September 11**. New York: Routledge, 2002.

LAGO, Cláudia. Ensinamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do outro no jornalismo. In: **Brazilian Journalism Research**, Rio de Janeiro, vol 6, n. 1, 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas**. São Paulo: ed. Fapesp, 2001.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

NASCIMENTO PLUM, Mariana. A Política Externa Brasileira e o programa nuclear iraniano – Uma análise do Tratado de Não- Proliferação Nuclear e da Estratégia Nacional de Defesa. In: ARIAS NETO, José; ALVES, Vágner; MOREIRA, William. **A Defesa e a Segurança na América do Sul**. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

NATALI, João Batista. **Jornalismo internacional**. São Paulo: Contexto, 2004.

NATANSOHN, Leonor; CUNHA, Rodrigo; BARROS, Samuel; SILVA, Tarcízio. Revistas online: do papel às telinhas. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 7, p. 2, 2010.

ONUF, Nicholas. Constructivism: a user's manual. In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka; ONUF, Nicholas; KOWERT, Paul (ed.). **International relations in a constructed world**. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 1998.

PALACIOS, Marcos. Ruptura, Continuidade e Potencialização no Jornalismo Online: o Lugar da Memória. In: MACHADO, Elias & PALACIOS, Marcos, **Modelos do Jornalismo Digital**, Salvador: Calandra, 2003.

PREISS, José. As Relações Brasil-Irã: dos antecedentes aos desdobramentos no século XXI. **EMOC ANMO: África del Norte y Medio Oriente**, vol. 1, n. 1, 2011.

SABADINI, Daniele. **As revistas Veja impressa e on-line em perspectiva dialógica: dois universos, dois leitores?** Dissertação de mestrado. Araraquara, 2006.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA JUNIOR, José. **O transnacional e o local no jornalismo na web: problematizando as relações entre as agências de notícias e os portais locais**. In: Anais do II Encontro Nacional dos Pesquisadores em Jornalismo, Salvador, 2004.

SPINK, Mary. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nelson. **O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.

VALENTE, Leonardo. **Política Externa na era da informação: O novo jogo do poder, as novas diplomacias e a mídia como instrumentos de Estado nas Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

VILAS BOAS, Sérgio. **O estilo magazine: o texto em revista**. São Paulo: Summus, 1996.

WAINBERG, Jacques. Noticiário internacional e a incompreensão do mundo. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo: vol. 29, p.39-55, jan.-jun. 2006.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. New York: Cambridge University Press, 1999.

‘Atomic Ayatollahs’: the coverage of Brazil-Iran negotiations by the portal VEJA.com

Abstract

This paper intends to discuss the coverage carried by the portal VEJA.com on the attempt to mediate an agreement made by Brazil, along with Turkey, about the Iran’s nuclear issue in 2010. From the perspective of the international journalism works as pedagogical instance (TRAQUINA, 2000), we were interested to understand how international news is related to the institution of knowledge about the "other." We seek the social representations theory developed by Moscovici (2003) for

analysis of the news published on the website about the relationship between the Brazilian and Iranian states.

Keywords:

Brazil-Iran Relationship, international journalism, social representations.

‘Ayatolás atômicos’: la cobertura de las negociaciones Brasil e Irán por el portal VEJA.com

Resumen

Este trabajo se propone discutir la cobertura realizada por el portal VEJA.com sobre el intento de mediación de un acuerdo hecho por Brasil, junto con Turquía, acerca de la cuestión nuclear de Irán en 2010. Desde la perspectiva de que el periodismo internacional funciona como instancia pedagógica (TRAQUINA, 2000), nos interesa comprender cómo las noticias internacionales se refieren al conocimiento de la institución del "otro". Buscamos la teoría de las representaciones sociales elaborada por Moscovici (2003) para el análisis de las noticias publicadas en el sitio sobre la relación entre los Estados brasileño e iraní.

Palabras-clave

Relaciones Brasil e Irán, periodismo internacional, representaciones sociales

Recebido em 20/01/2013

Aceito em 15/03/2013

Copyright (c) 2013 Autor(es) / Copyright (c) 2013 The author(s)
The copyright of works published in this journal belong to the authors, and the right of first publication is conceded to the journal.
Due to the journal being of open access, the articles are of free use in research, educational and non-commercial activities.



Selo CC-BY-NC com Direito Autoral_2013